registrada. Registro que se faz necessário tão-somente para fins de oposição a terceiros (art. 1.333, parágrafo único, do Código Civil) - o que não é a hipótese dos autos. Precedentes. PROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

012. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0053690-12.2018.8.19.0000 Assunto: Práticas Abusivas / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAMPO GRANDE REGIONAL 3 VARA CIVEL Ação: 0020596-40.2018.8.19.0205 Protocolo: 3204/2018.00551360 - AGTE: VISION MED ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA GOLDEN CROSS ADVOGADO: FLAVIO DIZ ZVEITER OAB/RJ-124187 ADVOGADO: CARLOS ALBERTO SUSSEKIND ROCHA OAB/RJ-079827 AGDO: DALVA JACI BARBOSA DE JESUS ADVOGADO: MARCELO MARQUES DA SILVA OAB/RJ-137272 **Relator: DES. NILZA BITAR** Ementa: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. PLANO DE SAÚDE. REAJUSTE DE MENSALIDADE POR MUDANÇA DE FAIXA ETÁRIA. TUTELA PROVISÓRIA DEFERIDA. INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA NA DECISÃO. REFORMA PARCIAL DA DECISÃO PARA POSSIBILITAR À EMPRESA QUE CUMpra A DECISÃO DE TUTELA ATRAVÉS DE ACERTOS DO VALOR DO BOLETO BANCÁRIO. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DE TODOS OS VALORES ATRASADOS PARA QUE HAJA O MÍNIMO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO, AINDA QUE NO VALOR ESTABELECIDO NA DECISÃO ATACADA. Controvérsia do processo originário que se refere a índices de reajuste nos valores dos prêmios mensais, pagos pelos beneficiários, a título de contraprestação contratual. O preenchimento, ou não, dos requisitos entabulados pelo e. STJ, quando do julgamento do REsp nº 1.568.244/RJ, é tema que demanda dilação probatória aprofundada. Apesar da necessidade de dilação probatória a magistrada entendeu pelo viés do direito constitucional à saúde. Ausência de teratologia da decisão. Tutela que pode se comprovar pelo aumento exagerado em exame superficial e que poderia gerar a dificuldade do agravante com 77 anos, em continuar a ter assistência à saúde. Presença dos requisitos que, em tese, autorizariam a antecipação da tutela. Necessidade de adequar a tutela à possibilidade de emissão de boletos pela empresa, no valor ali descrito, com possibilidade dos pagamentos atrasados, observando que não se trata de uma ação de consignação em pagamento e que há a importância do equilíbrio financeiro do contrato. Quanto aos atrasados, a parte agravada deve observar a necessidade de consignação determinada pelo juiz de primeiro grau, no valor ali descrito, se quiser manter a tutela. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

013. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0047269-06.2018.8.19.0000 Assunto: Medicamentos - Outros / Fornecimento de Medicamentos / Saúde / Serviços / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: IGUABA GRANDE VARA UNICA Ação: 0001110-89.2018.8.19.0069 Protocolo: 3204/2018.00484206 - AGTE: MARGARETH MARINHO ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO AGDO: MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE PROC.MUNIC.: PROCURADOR DO MUNICÍPIO AGDO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: PROCURADOR DO ESTADO **Relator: DES. LUIZ ROBERTO AYOUB** Funciona: Defensoria Pública Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ALEGAÇÃO DA AUTORA DE QUE NECESSITA DE EXAMES NÃO DISPONIBILIZADOS PELO HOSPITAL. DECISÃO QUE INDEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA SOB O FUNDAMENTO DE QUE A AUTORA JÁ ESTÁ SENDO ATENDIDA POR HOSPITAL PERTENCENTE AO SUS E QUE NÃO HÁ PROVA DA RECUSA DA REALIZAÇÃO DOS EXAMES. RECURSO DA AUTORA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA A CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE QUALQUER INDICATIVA DE RECUSA. DOCUMENTOS QUE PERMITEM CONCLUIR QUE OS FATOS QUE OCASIONARAM AS LESÕES DA AGRAVADA OCORRERAM HÁ MAIS DE DOIS ANOS, O QUE AFASTA A URGÊNCIA DA MEDIDA. AGRAVANTE QUE JÁ ESTÁ SENDO ATENDIDA EM HOSPITAL DO SUS. AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. DECISÃO QUE NÃO SE MOSTRA TERATOLÓGICA, CONTRÁRIA À LEI OU À EVIDENTE PROVA DOS AUTOS. SÚMULA 59 DO TJRJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

014. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0056168-90.2018.8.19.0000 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outros / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: BARRA DA TIJUCA REGIONAL 1 VARA CIVEL Ação: 0002818-45.2018.8.19.0209 Protocolo: 3204/2018.00574933 - AGTE: ESPÓLIO DE FERNANDO RIBEIRO DE CARVALHO REP/P/S/INV MARIA AMÉLIA LOUREIRO DE CARVALHO ADVOGADO: ALESSANDRA PATRICIA GOMES SAAD OAB/RJ-093994 AGDO: LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S A ADVOGADO: ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDO OAB/SP-237754 **Relator: DES. LUIZ ROBERTO AYOUB** Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. SUPOSTA IRREGULARIDADE QUANTO À LAVRATURA DE TOI E ALEGAÇÃO DE COBRANÇA INDEVIDA. DECISÃO QUE INDEFERE O PEDIDO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. DECISÃO QUE MERECE REFORMA, EIS QUE, NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO, BASTA QUE SEJA CONSTATADA A VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DO CONSUMIDOR OU QUE SE VERIFIQUE A SUA HIPOSSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA PARA QUE SEJA DEFERIDA A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR. O DEFERIMENTO DA INVERSÃO É PROVIDÊNCIA A SER ADOTADA FACULTATIVAMENTE PELO MAGISTRADO. NO CASO CONCRETO, EM QUE DISCUTE A REGULARIDADE DAS COBRANÇAS PERPETRADAS DE ACORDO COM O CONSUMO EFETIVO DA UNIDADE RESIDENCIAL, BEM COMO A LEGALIDADE DA LAVRATURA DO TOI, A PROVA PERICIAL MOSTRA-SE INDISPENSÁVEL, CABENDO À CONCESSIONÁRIA AGRAVADA DEMONSTRAR, TANTO POR FORÇA DA REDISTRIBUIÇÃO DO MENCIONADO ÔNUS QUANTO EM RAZÃO DA REGRA DO ART. 14, §3º, DO CDC, A REGULARIDADE DA COBRANÇA E DO REFERIDO TOI. ADEMAIS, A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NÃO TEM COMO CONSEQUÊNCIA LÓGICA A NECESSÁRIA PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS FORMULADOS NA PETIÇÃO INICIAL, CABENDO AO CONSUMIDOR DEMONSTRAR MINIMAMENTE OS FATOS CONSTITUTIVOS DO SEU DIREITO. ENUNCIADO 330 DA SÚMULA DO TJRJ. RECURSO PROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

015. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0036552-32.2018.8.19.0000 Assunto: Acidente de Trânsito / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade Civil / DIREITO CIVIL Origem: LEOPOLDINA REGIONAL 3 VARA CIVEL Ação: 0046142-58.2013.8.19.0210 Protocolo: 3204/2018.00378041 - AGTE: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL ADVOGADO: BRUNO SILVA NAVEGA OAB/RJ-118948 AGDO: RAPHAELA RODRIGUES RAMOS REP/P/S/MÃE ROBERTA XAVIER RODRIGUES ADVOGADO: FLAVIO GOMES BOSI OAB/RJ-149637 **Relator: DES. NILZA BITAR** Ementa: EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO JULGADO. Inexistência das ventiladas omissões. Simples leitura do voto que permite verificar que o colegiado enfrentou e se manifestou expressamente acerca dos pontos suscitados pelas embargantes e pertinentes à formação de sua convicção, decidindo, de forma fundamentada, pela manutenção do indeferimento da gratuidade de justiça. Expressa menção ao fato de que a documentação adunada aos autos não se prestava a comprovar a alegada hipossuficiência ou que seu pagamento teria o condão de inviabilizar o reequilíbrio econômico da embargante. Inconformismo com a justiça da decisão, que não desafia o manejo dos declaratórios. Desnecessidade de se espancar toda e qualquer tese ventilada pelas partes, mas somente aquelas que sejam